

Carlos Vinícius Alves Ribeiro

*Prefácio*

Tarcísio Vieira de Carvalho Neto

ACORDOS NA  
JUSTIÇA ELEITORAL  
Negócios Jurídicos Eleitorais

Belo Horizonte

**FÒRUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

2020

PREFÁCIO	
<b>Tarcisio Vieira de Carvalho Neto</b> .....	11
NOTA DO AUTOR .....	19
CAPÍTULO 1	
O MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO .....	21
1.1 Do Brasil Colônia aos dias atuais .....	22
1.2 A terceira onda: o Ministério Público da Constituição de 1988...	32
CAPÍTULO 2	
ENTRE A UNIDADE E A INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL: O DILEMA DA ESFINGE – DECIFRE-ME OU DEVORO-TE .....	39
CAPÍTULO 3	
AS FERRAMENTAS DE ATUAÇÕES EXTRAJUDICIAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	47
3.1 Inquérito civil público.....	48
3.2 As recomendações .....	51
3.3 Os termos de ajustamento de conduta .....	53
CAPÍTULO 4	
PESQUISA NO DIREITO ALIENÍGENA SOBRE A ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	57
4.1 Portugal.....	57
4.2 Espanha .....	58
4.3 França .....	60
4.4 Itália .....	61
CAPÍTULO 5	
ATRIBUIÇÕES ELEITORAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	63
5.1 A arquitetura do Ministério Público Eleitoral .....	63
5.2 Funções eleitorais do Ministério Público .....	65
CAPÍTULO 6	
DIREITO PREMIAL SANCIONATÓRIO NA JUSTIÇA ELEITORAL BRASILEIRA .....	69
6.1 Ajustamento de conduta eleitoral .....	70
6.2 Acordo de não persecução eleitoral.....	83
6.2.1 O dogma da obrigatoriedade da ação penal.....	85
6.2.2 A contracorrente .....	87
6.2.3 Constitucionalizando o “princípio da obrigatoriedade” .....	89
CAPÍTULO 7	
CONCLUSÃO.....	99
REFERÊNCIAS.....	101